

## **MULHERES, RUA E PRISÃO: UMA ANÁLISE DO PERFIL DE MULHERES COM TRAJETÓRIAS DE RUA CUSTODIADAS NA PENITENCIÁRIA FEMININA DO DISTRITO FEDERAL**

Helena Patini Lancellotti  
helena.lancellotti@gmail.com  
CAPES  
PPGAS-UFRGS  
Mestrando

O presente trabalho, vinculado a pesquisa “Crime de Mulheres no Distrito Federal: um estudo longitudinal no Presídio Feminino”, realizado pela Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, tem como objetivo traçar um perfil das mulheres com vivências de rua que estavam custodiadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF), no ano de 2012. Para contemplar tal análise serão utilizados os dados quantitativos do projeto em questão, a partir dos indicadores de escolaridade, raça/cor e renda mensal anterior ao cárcere, para se pensar como a interseccionalidade de gênero, raça e classe podem auxiliar no entendimento de como os mecanismos de poder atuam no reconhecimento de uma existência. O objetivo do artigo é demonstrar como tais categorias nos ajudam a pensar sobre quem são essas mulheres que estão atrás das grades no Brasil e o quanto as imbricações dessas marcas em um mesmo ser contribuem para a precariedade da sua existência.

Palavras-chave: Presídio feminino; Mulheres com trajetórias de rua; Mulheres presas;

### **INTRODUÇÃO**

O presente trabalho, vinculado à pesquisa “Crime de Mulheres no Distrito Federal: um estudo longitudinal no Presídio Feminino”, realizado pela Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, tem como objetivo traçar um perfil das mulheres com vivências de rua que estavam custodiadas na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF) em 2012 e realizar uma análise acerca de suas trajetórias. Para contemplar tal análise serão utilizados os dados quantitativos do projeto em questão, a partir dos indicadores de nível de escolaridade, renda mensal anterior ao cárcere e raça/cor.

A metodologia utilizada foi aplicação de questionário estruturado para as mulheres sentenciadas, ou seja, as que já tinham uma sentença e uma pena definida em relação ao crime cometido. Para o presente estudo, foi selecionado o recorte de mulheres com vivências de rua – 45 mulheres dentro de um universo de 277 questionários válidos da pesquisa. A partir desse recorte, foram utilizados indicadores para se pensar como a interseccionalidade de gênero,

raça e classe podem auxiliar no entendimento de como os mecanismos de poder atuam no reconhecimento de uma existência.

Com base na pesquisa foi possível identificar um perfil de mulheres presas que já tiveram vivências de rua: mulheres negras, com baixa escolaridade, uso de drogas, prostituição, trabalhos sem carteira assinada e reincidência no regime prisional, ou seja, vivências marcadas por situações de vulnerabilidade. O objetivo do artigo é o de demonstrar as categorias de raça/cor, nível de escolaridade e classe nos ajudam a pensar sobre quem são essas mulheres que estão atrás das grades no Brasil e o quanto as imbricações dessas marcas em um mesmo ser contribuem para a precariedade da sua existência.

É importante ressaltar que o recorte da rua foi incluído para se pensar esse espaço como mais uma precarização na existência dessas mulheres e não porque o perfil se mostra como destoante desse grupo populacional. O ensaio está dividido em três partes. Na primeira realizo uma breve discussão sobre o conceito de interseccionalidade e sua contribuição para os estudos feministas e de gênero. Na segunda, apresento a metodologia utilizada na pesquisa. Na terceira realizo uma discussão dos dados coletados na pesquisa e uma comparação com os registros do ano de 2012, do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) acerca de presídios femininos no Brasil.

## **ESTUDOS DE INTERSECCIONALIDADE**

O início da história do movimento feminista é marcado pela contestação da dominação masculina em relação ao feminino. A motivação inicial era a da reflexão e também da militância em relação ao porque da dominação dos homens em relação às mulheres. A primeira desconstrução deveria então ser feita em relação à naturalização de tal opressão, ou seja, era necessário demonstrar que não havia algo inato na desigualdade entre os gêneros.

Os primeiros estudos foram marcados por uma divisão entre as categorias de sexo e gênero, onde o sexo era o biológico e o gênero o cultural, a forma como se socializam homens e mulheres. A ideia era de que não existia uma superioridade natural dos homens, inata, mas sim uma desigualdade construída histórica e culturalmente. Outro ponto importante era a da

construção da categoria de “mulher”. Pouco se pensava, no início do movimento feminista, nas múltiplas formas de ser mulher e na heterogeneidade das experiências de vida.

É no final dos anos 1980 que estudiosas começam a tecer críticas em relação ao binarismo de sexo presente no pensamento feminista, na maneira de diferenciar sexo e gênero e na categoria “mulher”, que criavam uma fixidez das experiências humanas (PISTICELLI, 2008). O conceito de interseccionalidade foi uma importante ferramenta utilizada para se demonstrar como as experiências entre mulheres são distintas. Kimberlé Crenshaw (2002) é uma importante teórica que refletiu sobre como as categorias de raça, classe e gênero devem se articular para pensar a diferença e as desigualdades. Para a autora, a interseccionalidade é: “(...) uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras”. (CRENSHAW, 2002, p. 177).

O objetivo da autora em seu texto “Documento para o encontro de especialistas e aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”, é o de oferecer instrumentos para se perceber a subordinação e se pensar além da categoria de direitos humanos, que muitas vezes encobre as desigualdades. Uma das críticas que Adriana Pisticelli (2008) faz em relação à abordagem de Crenshaw diz respeito ao fato da autora trabalhar a interseccionalidade ligada à opressão e com a fixidez da categoria de poder, não utilizando esta como sendo operada em termos de relações e pontos de resistência (PISTICELLI, 2008).

Outra importante autora dos estudos de interseccionalidade é Avtar Brah (2006). A autora, diferente de Crenshaw, pensa a própria categoria de diferença em seus estudos, na tentativa de desconstruir o essencialismo que a rodeia. Para ela, a diferença é construída histórica e culturalmente e é percebida de maneiras distintas pelos indivíduos e grupos. A diferença também não está apenas no âmbito da desigualdade, mas também pode ser sentida de outras formas, até como forma de igualdade. A autora também coloca ênfase na experiência e na ação para a articulação entre os marcadores.

De acordo com Sueli Carneiro (2001), a especificidade de ser mulher e de ser negra não foi incluída nas teorias clássicas da opressão. As mulheres negras não se encaixavam nas pautas de luta do início do movimento feminista, como a questão de desnaturalizar certos

atributos de gênero, como a fragilidade (CARNEIRO, 2001). Mulheres negras têm vivências e trajetórias de vida diferentes de mulheres brancas, mais distintas ainda se considerarmos a categoria de classe. A mulher negra e pobre é a que ocupa, em sua maioria, os trabalhos considerados como os mais desqualificados no mercado de trabalho, assim como recebem os salários mais baixos, e possuem índice de escolaridade inferior ao das mulheres brancas.

Mulheres negras também tem que lidar com pensamentos que acreditam que grupos subordinados não tem noção da própria subordinação a que estão submetidos e que são incapazes de realizar uma articulação acerca de suas vivências (COLLINS: 2007). É essa deslegitimação acerca de suas ideias e pensamentos que muitas vezes contribuem para que esse local de subordinação permaneça. Esse grupo de mulheres enfrenta então, maiores dificuldades em relação ao reconhecimento de suas narrativas e maiores dificuldades de ter a sua fala como legítima.

Esse ensaio, por trabalhar apenas com dados quantitativos, não tem informações referentes às trajetórias das mulheres presas e às suas histórias de vida. No presente trabalho, realizo uma reflexão, aos moldes de Kimberlé Crenshaw (2002), acerca de como certos corpos se tornam mais vulneráveis a determinados tipos de subordinação e/ou situações de desigualdade. Pretendo demonstrar como nas prisões brasileiras existe uma maior parte de mulheres com um determinado perfil, assim como a autora demonstra em seu texto, sobre qual perfil de mulheres que se tornam mais expostas ao tráfico humano.

## **METODOLOGIA**

Os dados obtidos para a construção do presente ensaio são provenientes da pesquisa “Crime de Mulheres no Distrito Federal: um estudo longitudinal no Presídio Feminino”, realizado pela Anis - Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero. O estudo, do qual fiz parte, foi realizado em 2012 na Penitenciária Feminina do Distrito Federal (PFDF). O projeto possui aprovação pelo Comitê de Ética da Universidade de Brasília.

A pesquisa contemplou duas fases. A primeira consistiu em um levantamento dos dossiês das mulheres custodiadas, com questões que compreendiam dados demográficos, sociais e criminais. A segunda etapa foi à aplicação de um questionário com roteiro

estruturado para as mulheres com sentença criminal. As presas provisórias não participaram da pesquisa, por se tratar de uma população bastante flutuante.

O intuito da segunda fase do estudo foi o de conhecer o perfil das mulheres presas na PFDF. O questionário abordava questões como: nível de escolaridade, uso de drogas lícitas e ilícitas antes e depois da prisão, estado civil, renda individual, se recebia visitas e/ou benefícios na prisão, raça/cor e a pergunta chave para este ensaio, a sobre vivências na rua. É importante ressaltar todas as respostas foram obtidas a partir da auto-declaração.

Das 277 mulheres entrevistadas, 45 (16%) responderam que já tiveram trajetórias de rua. A partir deste número, realizei três recortes para refletir acerca de suas vivências. Os indicadores selecionados para o presente trabalho foram o de nível de escolaridade, raça/cor e renda. Serão também utilizados outros dados, como uso de drogas lícitas e ilícitas antes da prisão, prostituição e cumprimento de medida sócio educativa para se pensar sobre a precariedade de algumas existências.

## **MULHERES PRESAS**

Antes de iniciar a apresentação dos dados e a discussão acerca dos mesmos, é válido ressaltar que esse estudo é de caráter quantitativo e que não tem a pretensão de realizar uma apresentação e contar as narrativas das mulheres. Trata-se apenas de uma exploração inicial acerca do perfil dessa população, em específico das com trajetórias de rua, e uma posterior comparação com dados numéricos a nível nacional e também com os dados coletados na pesquisa referentes ao perfil das presas que não moraram nas ruas: um total de 232 mulheres.

A população carcerária feminina do Brasil de 2012, de acordo com os dados de junho de 2012 do DEPEN, era de 31.552 mulheres, sendo essas divididas em regime fechado (13.742), provisório (10.986), semi aberto (4.716), aberto (1.605), com medida de segurança de internação (228) e com medida de segurança em tratamento ambulatorial (275). Dentro desse total de mulheres (31.552), 43% possuíam como nível de escolaridade o ensino fundamental incompleto. Apenas 272 das presas no Brasil possuíam curso superior, um total de 0,86%. É uma população que também está em ascensão, se for comparado o número de presas em 2002 (um total de 5.987) e de 2012, temos um crescimento populacional de 427%.

O perfil em relação ao nível de escolaridade das presas com trajetórias de rua custodiadas na PFDF no ano de 2012, é o de mulheres com o ensino fundamental completo. As mulheres que estudaram até a oitava série representam um total de 22 indivíduos, em torno de 49% das entrevistadas. Apenas uma, das 45, citou ter concluído os estudos até o ensino médio. Nenhuma possui ensino superior. As que citaram terem sido alfabetizadas correspondem a um total de 15 indivíduos, sendo que sete citaram não terem sido alfabetizadas.

Em relação à renda das mulheres de rua nos 12 meses anteriores à prisão, um total de 53%, citou receber de meio até um salário mínimo<sup>349</sup>. Apenas uma mulher disse ter uma renda individual acima de cinco salários mínimos. Em relação ao tipo de trabalho exercido no anterior ao cárcere, 30 citaram terem um emprego, sendo o de autônoma, empregada doméstica sem carteira assinada e outros tipos de ofício sem carteira de trabalho. Um total de 11 entrevistadas citou não ter tido nenhum emprego nesse período.

É válido ressaltar que 98%<sup>350</sup> das presas com vivências de rua citaram não terem trabalhado com carteira assinada e nem contribuído para o INSS no ano anterior à prisão. Em relação às outras presas da PFDF, que não moraram nas ruas, um total de 26% das mulheres possuíam trabalho com carteira assinada ou realizaram sua contribuição para a previdência. Tal contribuição é importante para conseguir o auxílio reclusão<sup>351</sup>, que é destinado aos dependentes da mulher (e também do homem) que esta atrás das grades, mas apenas as que contribuía para a previdência social podem usufruir do benefício.

As cores das mulheres que estão atrás das grades no Brasil também são similares às cores presentes na PFDF. Em relação às entrevistadas com vivências de rua, 10 se auto declararam pretas e 23 pardas, e se somarmos essas duas classificações, chegamos a um percentual de 73% de mulheres negras. Em relação ao perfil das mulheres brasileiras presas no país, 10.113 (32%) são brancas. As cores que prevalecem na prisão são a preta e a parda

---

<sup>349</sup> O valor do salário mínimo utilizado como base foi a cotação de 2012, no valor de R\$622,00

<sup>350</sup> 44 mulheres citaram não terem trabalhado com carteira assinada e nem terem contribuído para o INSS e em um dos questionários essa resposta estava marcada como “sem informação”.

<sup>351</sup> Para maiores informações, acesse: <http://www.previdencia.gov.br/perguntas-e-respostas-frequentes/>

(somando as duas categorias chega-se a 18.600 mulheres), que representa uma porcentagem de 59%.

Os dados citados acima servem como base para se pensar, utilizando os indicadores de escolaridade, renda e raça/cor, o perfil das mulheres que estão presas no Brasil. Elas são, em sua maioria, mulheres negras e com baixa escolaridade, escolaridade esta que muitas vezes reflete em salários baixos e empregos precários. As mulheres que estão atrás das grades são negras e pobres, perfil similar ao de pessoas presas nos Estados Unidos e objeto de estudo do sociólogo Loic Wacquant (2003).

Apesar de se tratar de países diferentes, é possível pensar a teoria de Wacquant sobre o encarceramento dos pobres no Brasil. Assim como no Brasil, o número de prisões no país norte americano tem aumentado, assim como o número de encarceramento feminino. O que ocorre nos Estados Unidos, para o autor, é que a prisão acaba sendo uma extensão do gueto negro, pois são os habitantes desses guetos, locais já de segregação racial, que estão, em sua maioria, atrás das grades.

Encarcerar os pobres, além de ser uma forma de segregação, também é uma maneira de exercer um controle sobre as suas existências e de domesticar os seus corpos. As pessoas marcadas, sejam por sua cor/raça e/ou pela sua classe, são as que estão também mais expostas ao encarceramento. São as vidas que valem menos frente às outras existências. As vidas menos protegidas, mais expostas às situações de vulnerabilidade, ininteligíveis e que oferecem perigo. Essas mulheres negras e pobres, podem ser pensadas como as vidas que não são dignas de luto (BUTLER, 2010).

Para Judith Butler (2010), somos todos precários, pois dependemos de outras existências para sobrevivermos, porém algumas vidas são mais precárias do que outras. São os mecanismos de poder que incidem sobre a construção dos afetos que exercem uma valoração e um reconhecimento sobre os corpos. Para que uma vida importe, ela precisa ser digna de lágrimas, ou seja, o seu corpo precisa ser enlutável: “Apenas em condições em que a perda pode se ter importância é que aparece o valor da vida. Assim, a capacidade de ser chorado é um pressuposto para que uma vida importe” (BUTER, 2010 p. 31, tradução nossa).

As vidas não enlutáveis também não são as dignas de proteção, podem ser exterminadas caso ofereçam perigo aos corpos enlutáveis. São também os corpos as margens das políticas, tendo condições de vida menos vivíveis do que as dos seres dignos de lágrimas. São os seres que não valem a pena serem protegidos:

“Certas vidas estão altamente protegidas e o atentado contra a sua santidade basta para mobilizar as forças da guerra. Outras vidas não gozam de um apoio imediato e furioso, e não se qualificam, inclusive, como vidas que ‘valham a pena’ (BUTLER, 2006, p. 58, tradução nossa).”

A vida dessas mulheres com trajetórias de rua já apresentava precariedades antes mesmo da prisão. Estavam expostas a situações de vulnerabilidade, como é possível observar através dos dados coletados na pesquisa. Quando indagadas sobre vícios anteriores a prisão, apenas cinco delas disse não ter nenhum vício. As outras 40 marcaram uma ou mais opções dentre as categorias de drogas, sendo essas lícitas como álcool (53%) e fumo (69%) e ilícitas, como maconha (62%), crack (40%), cocaína (49%) e outras drogas (9%).

As mulheres que habitaram o espaço público fizeram mais uso de drogas ilícitas do que as que não tiveram tais vivências. Das 232 presas, um percentual de 9% disse ter feito uso do crack, 40% citaram ter usado maconha e 32% cocaína. Esse número também é maior em relação à prostituição. Em relação a tal atividade, 38% das mulheres que moraram nas ruas citaram já terem se prostituído. Esse número, em relação às presas que não moraram nas ruas, é de 10%.

Um alto percentual das entrevistadas, - 49% - também disse ter cumprido medida sócio educativa de internação na adolescência. Esse dado demonstra que a Penitenciária Feminina do Distrito Federal não foi a primeira instituição pela qual passaram, ou seja, já estiveram sob privação de liberdade antes e retornaram novamente quando já tinham idade superior à 18 anos. Em relação às presas que não moraram nas ruas e que estiveram detidas na adolescência, esse total é de 17%. Esse dado numérico, apesar de não sabermos os motivos pelo qual ela retorna para cumprir uma pena, também serve para se pensar e explorar as próprias falhas do sistema sócio educativo.

Essa entrada e saída entre instituições – a porta giratória da prisão - pode ser pensada como um fator a mais para a precarização de suas existências, como refletem Debora Diniz &

Juliana Paiva (2015), quando analisam os dados relativos à pesquisa em questão, partindo das mulheres que já cumpriram medida sócio educativa:

“A porta giratória da prisão pode ser um dos fatores para a maior precarização da vida dessas mulheres – aquelas que entram e saem do presídio podem ser as mulheres com laços sociais mais frágeis, maior dependência de drogas ou tempo mais extenso na rua” (DINIZ; PAIVA, 2015, p.14).

Os dados relativos às mulheres que já moraram nas ruas e o fato de que praticamente metade delas já cumpriu medida sócia educativa, podem indicam tal precariedade da vida. Elas podem ser pensadas como sendo as vidas marcadas, as vidas que não encontram as condições vivíveis para poderem existir.

As entrevistadas também fazem parte do povo da rua<sup>352</sup>, outro marcador que precariza ainda mais a existência. Revisões bibliográficas sobre a temática da rua demonstram uma serie de dificuldades que podem ser encontradas no espaço público, que vão desde a incerteza em relação a não ter um abrigo para proteção, à falta de alimentação, o preconceito e até a carga de estigma a qual essas pessoas estão susceptíveis. Também estão expostas à violência, desde brigas entre si, violência sexual, violência policial, quanto agressões relativas a expulsões dos lugares em que estão instaladas por policiais e outros agentes do governo.

Estão à margem de grande parte das políticas públicas, pois estão de fora de um dos principais mecanismos de contagem populacional no Brasil - por não possuírem domicílio fixo - o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Existem iniciativas de contagem desse grupo populacional, mas ainda enfrentem uma serie de divergências em relação a aspectos metodológicos, o que dificulta uma padronização dos estudos. O povo da rua pode ser considerado então um grupo incontável:

“Essas pessoas não são recenseadas pelo IBGE, não entram nas estatísticas e tampouco são levadas em consideração no planejamento de programas sociais. O número não é fixo, pois a população de rua flutua ao longo do ano, durante os períodos do dia e durante os dias da semana (ESCOREL, 2000, p. 155).”

---

<sup>352</sup> Utilizo aqui o conceito de povo da rua, por se tratar de um grupo que considero como incontável, pois escapa dos mecanismos de contagem populacional utilizados por um Estado que gere com base em números. A discussão foi aprofundada no meu trabalho de conclusão de curso intitulado: “Do povo da rua à população carcerária: Mulheres, rua e prisão”, defendido em 2013, na Universidade de Brasília (UnB), sob orientação da Prof. Dra. Debora Diniz.

Não ser contabilizado por um Estado que utiliza o modo de gestão baseado na biopolítica (Foucault: 2002:2008) é ser então invisível e estar à margem de políticas públicas. Estar preso e ser captado pelas estatísticas também não deixa a vida dessas mulheres menos precárias. Fazer agora parte da população carcerária é também mais um marcador a ser incorporado no corpo dessas mulheres. Além de serem, em sua maioria, negras, com baixa escolaridade e com trajetórias de rua, elas também agora entram para a categoria de mulher presa.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo do ensaio foi o de demonstrar como certas vidas estão mais propensas a situações de precariedade do que outras. O foco do ensaio foi o de se pensar como esses marcadores sociais de diferença, em específico os de classe, escolaridade e raça/cor, influenciam na própria forma em que esses corpos se tornam maioria em determinados espaços da sociedade. São os corpos das mulheres negras, pobres e com baixa escolaridade que ocupam os espaços dos presídios no Brasil. Essas mulheres estão em maior proporção atrás das grades do que as brancas ou amarelas, por exemplo. São as que possuem baixo grau de escolaridade que estão presas e não as que possuem um maior nível de escolarização e maiores salários.

As entrevistadas para o presente ensaio, as mulheres com vivências de rua, possuem um perfil similar ao das mulheres encarceradas no Brasil. E através da aplicação do questionário, foi possível perceber uma série de situações de vulnerabilidades em suas trajetórias, como uso de drogas lícitas e ilícitas, passagem pelo sistema sócio educativo e prostituição. A rua também se mostra como uma precarização a mais em suas existências.

É válido também ressaltar que o recorte da rua para esse trabalho se justifica por esse ser mais um espaço em que seus corpos encontram situações precárias e não por esse grupo apresentar um perfil distinto em relação aos das outras mulheres sentenciadas. O perfil das mulheres presas no país é semelhante ao das mulheres presas no Distrito Federal e ao das do Distrito Federal com trajetórias de rua. Elas fazem parte da população carcerária feminina,

grupo que enfrenta uma série de desafios não apenas dentro das cadeias, mas também fora delas, principalmente quando se pensa em uma sociedade tão desigual como a brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAH, Avtar. 2006. Diferença, diversidade, diferenciação. In *Cadernos Pagu*, 26, 329-376.
- BUTLER, Judith. 2010. *Marcos de guerra. Las vidas lloradas*. Buenos Aires, Ed Paidós.
- COLLINS, Patricia Hill. 2001. “The social construction of black feminist thought”. n Kum Kum Bhavnani (Org), *Feminism and Race*. Oxford University Press, pp. 184-202.
- CRENSHAW, Kimberlé. 2002. “Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero”. In *Estudos feministas* 1, pp.171-189
- DINIZ, Debora & PAIVA, Juliana. 2015. “Mulheres e prisão no Distrito Federal: itinerário carcerário e precariedade da vida”. In IBCCRIM, São Paulo.
- ESCOREL, Sarah. 2000. “Vivendo de teimosos: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro”. In Marcel Burszty (Org.) *No meio da rua: Nômades, excluídos e viradores*. Rio de Janeiro: Garamond, pp. 139- 171.
- PISCITELLI, Adriana. 2008. “ Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileira”. In *Sociedade e Cultura*. V. 11, nº2, pp.263- 274.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. 2001. “Enegrecer o Feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”. In *Revista LOLA*, nº 16.
- WACQUANT, Loic. 2003. *Punir os Pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Ed. Revan.